



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
eletrônico Nº 378
de 31/01/14 Fl. 36
Visto

CONTRATO Nº 004/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2014

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Presidência Nº 3769
de 31/01/14 Fl. 36
Visto

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa **VECTOR 9 LTDA**, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

CONTRATANTE: Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, o senhor **LEOMAR ROHDEN**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.330.683-0 SSSP-PR e CPF nº 550.079.379-91 residente na Rua Guaratuba, n.º 398, Município de Pato Bragado – PR.

CONTRATADA: **Vector9 Ltda - ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 10.450.171/0001-76, estabelecida na Rua Mario Gonçalves Isquierdo, n.º 296, conjunto Residencial Montreal, na Cidade de Santa Terezinha de Itaipu - PR; CEP 875-000, neste ato representado por seu sócio Administrador o Senhor Gilberto Luiz Schimidt, portador da Cédula de Identidade nº 4.212.346-3 e do CPF/MF nº 301.195.049-39, residente e domiciliado na Rua dos Bandeirantes, n.º530, centro de Santa Terezinha de Itaipu, acordam e ajustam o presente contrato, nos termos da Lei N.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações subsequentes e legislação pertinente, Licitação modalidade **DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N.º 002/2014**, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, observações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Prestação de Serviços de nos sistemas de informática do setor tributário Municipal e suas integrações Contábeis com os demais sistemas de informações do Município, conforme descrição a seguir:

- Configuração dos Parâmetros Contábeis 2014 conforme plano de Contas Padrão do TCE/PR para este exercício;
- Elaboração de relatórios Geral de Dividas ativas e Processo de ajuizamento para o Departamento de Tributação em conjunto com Departamento Jurídico, para providências quanto ao procedimento de execução fiscal;
- Configuração do Sistema de Informações do Departamento de Tributação no que tange a notificação, inscrição e execução de Divida Ativado Exercício de 2013;
- Inscrição da divida ativa Tributária do Exercício de 2013;
- Configuração geral do Sistema Tributário e instrução aos funcionários do sistema quanto aos novos procedimentos para o Exercício de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Para efeitos obrigacionais serão tomadas por base as normas constantes na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como o processo licitatório – Dispensa de Licitação n.º 002/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor global a ser pago é de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

O valor será pago em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto Contratado, mediante Laudo atestando o perfeito funcionamento e integração do sistema ao proposto, assinado pelo Secretário Municipal de Finanças. Para efetivar o pagamento, a Contratada deverá apresentar Nota Fiscal.

- a) A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Norma de Procedimento Fiscal expedida pela Receita Federal.
- b) Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número do Contrato e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasuram e/ou entrelinhas.
- c) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- d) A liberação do pagamento fica condicionada a apresentação de:
 - Prova de regularidade de débito (CND) relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) O pagamento poderá ser efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.
- f) Em caso de não cumprimento pela Contratada de quaisquer disposições contratuais, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de até 06 (seis) meses, contados da data de assinatura deste Termo Contratual.

Parágrafo Único: Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter atualizada a sua Habilitação, conforme exigido no Edital de Licitação, com base no artigo 55, Inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato para o exercício corrente serão previstas na dotação orçamentária à conta do programa próprio, de acordo com a Nota de Empenho específica, previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme citamos:

02.008 – Secretaria de Finanças

0412310502011000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças

3.3.90.39.08.00 - 5150 – manutenção de software – Fonte 0

C



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subseqüentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo, por correio eletrônico ou mediante transmissão de fac-símile. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito.

Pato Bragado – PR, em 29 de janeiro de 2014.


MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO
~~CONTRATANTE – Leomar Rohden~~


VECTOR 9 LTDA

CONTRATADO – Gilberto Luiz Schimidt